

Dinâmica socioespacial, habitação e família na metrópole do Rio de Janeiro

Maria Josefina Gabriel Sant'Anna

Apresentação

O presente trabalho insere-se numa pesquisa mais ampla que visa a apreender os princípios que organizam o espaço social da metrópole do Rio de Janeiro e busca contribuir para o debate em torno dos impactos que as atuais transformações econômicas produzem sobre as estruturas social e espacial das grandes metrópoles.¹

A abordagem proposta focaliza a cidade, a família e a moradia e seu mérito reside exatamente na conjunção de tais temáticas, uma vez que, do ponto de vista analítico, são suas inter-relações que revelam aspectos da realidade social que não seriam captados se observados de forma isolada.²

Examina-se a dinâmica que comanda o atual processo de transformação da família urbana em suas principais características e indaga, em particular, se as metamorfoses no mundo da família afetariam as formas de morar e se criariam novas demandas por novos tipos de habitação. Procura identificar de que modo esses fenômenos atuam na estruturação do espaço urbano do Rio de Janeiro constitui a referência espacial e pesquisa.

Variadas tendências, em várias partes do mundo ocidental, demarcam o processo de mudança da família urbana contemporânea, definida aqui como *família conjugal moderna*³ e algumas têm implicações diretas na questão da moradia. As mutações mais

evidentes indicam a diminui o constante de seu tamanho médio, seu processo de nucleariza o – ou seja, a família se restringe cada vez mais ao *núcleo* pai/mãe/filhos, sem a incorpora o de parentes ou agregados –, a diversifica o de sua composi o, a emergência e coexistência de uma pluralidade de modelos familiares, distintos do modelo conjugal. Constata-se que a própria família conjugal vem se modificando principalmente pela crescente participa o da mulher-cônjuge no mercado de trabalho. Quanto ao casamento, verificam-se o declínio das taxas de nupcialidade, o aumento das uniões livres, bem como o retardamento da idade de casamento e da idade de nascimento do primeiro filho. Verifica-se ainda uma dissocia o entre casamento e maternidade, expressa no aumento do número de mães solteiras. Crescem também os percentuais de divórcios e das separa es. No que diz respeito aos tipos familiares, observam-se o aumento crescente dos arranjos unipessoais (constituídos por pessoas que moram s s) e dos *monoparentais femininos* (constituídos por mãe e filhos), o decréscimo do arranjo familiar *casal com filhos* e das *famílias extensas* (constituídas pelo núcleo, pai/mãe/filhos e parentes). Em síntese, poder-se-ia falar da emergência de padrões de casamento e de família, plurais, flexíveis e heterog neos. Identificar essas tendências constitui a base para a investiga o proposta.

Um dos indícios de que as transforma es familiares têm incidências sobre as formas de morar e a estrutura o do espaço urbano é a *multiplica o do número de famílias*, derivada do aumento numérico de famílias unipessoais e monoparentais e do processo de nucleariza o. A família contemporânea se atomiza em pequenos arranjos e reivindica seu espaço de moradia, com o conseqüente crescimento da demanda por um maior número de unidades habitacionais. Esse fato torna-se bem mais complexo no contexto das cidades mundiais, onde a habita o sempre foi um bem raro. A mesma incidência ocorre quando se considera a nova *transitoriedade* do ciclo de vida familiar. Constata-se hoje uma mudança de natureza nesse ciclo, que antes se desenvolvia linearmente graças   maior estabilidade do casamento e da vida familiar e torna-se mais instável nos dias atuais, em virtude do aumento das separa es e dos divórcios e da emergência de novos estilos de vida, tanto entre jovens – principalmente de camadas m dias –, que preferem viver s s ou adotam a união consensual como primeira op o de vida conjugal, como entre pessoas idosas, que optam por morar s s em situa es de viuvez ou outras. Períodos transit rios de vida familiar criam necessidades de moradias provisórias, temporárias, com espaços mais funcionais e flexíveis que permitam múltiplos usos e, muitas vezes, demandam áreas mais centrais da cidade.

  possível, portanto, supor novas necessidades de habita o em face da nova realidade familiar. Trabalha-se com a hipótese de uma certa inadapt o da habita o tradicional, projetada para a família conjugal: pai/mãe/filhos, às necessidades dos novos grupos familiares. Pressupõe-se ainda o surgimento de uma demanda, mesmo que embrionária, de novas formas de morar derivadas dos novos grupos domésticos. A investiga o volta-se, nessa medida, para o campo da arquitetura contemporânea, em particular,

na área de *projeto de edificação*. Algumas iniciativas de repensar a habitação começam a ganhar alguma visibilidade em países como o Japão e, em especial, nos Estados Unidos e nos países europeus. No Brasil, tais iniciativas são raríssimas. Este fato direcionou a pesquisa para as propostas de moradia oferecidas pelo mercado imobiliário, o que conduziu à identificação dos hotéis-residências definidos aqui como *flats* – como objeto empírico de pesquisa. A singularidade dessa forma de morar está na conjugação inédita da oferta de moradia, serviços, equipamentos e infra-estrutura num único espaço, o que lhe confere um caráter inovador em face das formas tradicionais de moradia.

O interesse em investigar a forma que esse conjunto de fenômenos adquire na metrópole do Rio de Janeiro, e, em particular, na cidade, levou à sistematização de um conjunto de dados primários resultantes de tabulações especiais, dados censitários de 1980 e de 1991 e uma pesquisa empírica de caráter qualitativo junto a famílias que moram em *flats*.⁴ Configuram-se, assim, algumas informações inéditas sobre a realidade da metrópole carioca.

Em termos urbanísticos, as tabulações especiais permitiram mapear a espacialização dos distintos arranjos domésticos no espaço metropolitano e, em especial, no intra-urbano, representado pelas Regiões Metropolitanas (RAs) de Copacabana, Tijuca, Barra da Tijuca e Campo Grande. Esse enfoque coaduna-se com a concepção afirmada por Taschner (1990, p. 3) de que o conhecimento da localização da população e dos tipos de moradia no espaço intraurbano é um dado fundamental para o planejamento. Pode-se acrescentar que o conhecimento da espacialização dos tipos familiares também o é, pois esse mapeamento fornece subsídios ao poder público para alocação e provisão de equipamentos, infra-estrutura e serviços urbanos, segundo as diferentes necessidades de cada tipo familiar.

Delineadas tais diretrizes, apresenta-se a seguir uma síntese, com ênfase no contexto brasileiro, das principais tendências contemporâneas de transformação da família, que constitui a referência para a reflexão sobre a família carioca. Segue-se a análise dos dados obtidos através das tabulações especiais e uma discussão relativa aos flats. Alguns pontos relativos à segregação urbana são levantados. Na parte final do artigo, numa formulação ainda preliminar, busca-se trazer à discussão as questões estudadas, relacionando-as ao debate atual a respeito dos impactos das transformações econômicas sobre a estrutura socioespacial das grandes metrópoles.

Família urbana - transformações contemporâneas⁵

As transformações originárias do acelerado processo de urbanização brasileiro, que a partir dos anos 50 acompanha a industrialização e o crescimento econômico, trazem consigo uma modernização de valores, que afeta também a organização familiar. Esse

processo se acelera nas últimas décadas: o grau de urbanização da população brasileira passa de 36,2%, em 1950, para 75,5%, em 1991, e para 80%, em 1996 (Taschner, 1996, p. 89), favorecendo novas metamorfoses no mundo da família.

É consenso entre os estudiosos do tema que a família se modificou bastante, em especial depois dos anos 60. Para melhor apreender a dinâmica dessa mudança é preciso reportar-se, mesmo que numa breve menção, ao quadro das transformações mais amplas instauradas pelas novas relações de produção capitalistas, como a que leva à separação entre casa e trabalho, com a conseqüente diferenciação entre unidade de produção e unidade doméstica, que instaura uma partilha entre um setor público e um setor privado, este último coincidindo com a família. Central na configuração de um novo modelo familiar, essa partilha instaura uma

dicotomia entre papéis públicos e privados atribuídos segundo o g nero, [na qual] atribui-se ao homem o papel de provedor financeiro da família, o que lhe confere uma posição superior na organização doméstica e o acesso ao espaço público. A mulher tem seu papel restrito ao de mãe e de dona de casa, o que a exclui do espaço público.⁶ (Vaitsman, 1994, pp. 14-17)

Para a autora, é exatamente a partir dessa *dicotomia* que se pode caracterizar a família conjugal como hierárquica, o que a singulariza em face dos demais modelos familiares e permite defini-la como *família conjugal moderna*⁷.

Enfatiza-se aqui esse caráter hierárquico porque, como categoria sociológica e histórica, a família conjugal é concebida como igualitária. É conhecido o empenho dos teóricos de tradição funcionalista em firmar essa concepção. Na interpretação de Parsons e Bales (1955) a dicotomia entre público e privado baseia-se nos conceitos de *papéis instrumentais* – associados aos homens, ao mundo público e ao trabalho remunerado voltado para a provisão da família – e *papéis expressivos* – associados às mulheres e às crianças, ao mundo privado do trabalho doméstico e   satisfação das necessidades afetivas da família. A convicção funcionalista de que esses papéis são complementares e funcionais promove uma concepção igualitária da família.

Entretanto, a crítica atual a esse ideário (Vaitsman, 1994, pp. 14-17) afirma que a hierarquia e o forte enquadramento de papéis segundo g nero são elementos próprios ao modelo da família conjugal moderna e que são eles, nos dias atuais, que mais a fragilizam. Outro equívoco, diz Vaitsman, foi o de associar a família conjugal, pelo fato de ela ter como um dos seus princípios a *livre escolha do cônjuge*, ao individualismo e às idéias de liberdade e igualitarismo. O que se constata hoje é que exatamente a ausência dessas características põe em xeque esse modelo de família.

Dados estatísticos confirmam que essa visão crítica é procedente. Quanto ao casamento, observa-se uma diminuição de 38% na taxa de nupcialidade, que mede a evolução dos casamentos registrados em cartório. Entre 1980 e 1994 a taxa baixa de 8/1000 para 4,96/1000, segundo a Estatística do Registro Civil do IBGE que, desde 1974,

quando iniciou esse tipo de pesquisa, vem registrando um declínio nessa taxa (Jornal do Brasil, 1995). Em contra-partida, cresce o número de uniões consensuais: de 6,9% do total das uniões, em 1970, para 11,8%, em 1980.8 Cresce ainda o número de nascimentos fora do casamento, outro indício da emergência de novos valores que desvinculam o casamento da maternidade: as mães solteiras representavam, em 1960, 3% no total de nascimentos; em 1980, representavam 7,5% (Berquó, 1989, p. 12). Constata-se também o processo de nuclearização da família, ou seja, a redução do grupo familiar ao núcleo pai/mãe/filhos, sem a incorporação de parentes ou agregados; com isso decresce o percentual de famílias extensas (passa de 22,2%, em 1960, para 16%, em 1980) e o de famílias compostas.

A própria família conjugal também se modifica, principalmente pela crescente participação da mulher-cônjuge no mercado de trabalho e, conseqüentemente, no orçamento doméstico, o que abala e fragiliza o ideário da família conjugal moderna, com uma nova definição de papéis e de distribuição de poder no interior da família, afetando diretamente sua característica hierárquica. Dados da PNAD indicam que a participação média da mulher-cônjuge no rendimento familiar passou de 26,4%, em 1981, para 29,8%, em 1990. Segundo Ribeiro (1994, p. 100), "foram as mulheres, independentemente de sua condição (com exceção das filhas de dez a dezesseis anos), as que mais incrementaram sua participação no mercado de trabalho (...)". No entanto, alerta a autora,

tal aumento foi maior entre as cônjuges mulheres: 37,2%." Nos Estados Unidos, constata-se, nos grupos domésticos criados desde 1980, que "mais de 60% das mulheres casadas com filhos dependentes estão na força de trabalho paga, contra apenas 18% em 1950. Perto de 53% das mulheres casadas com filhos menores de 6 anos estão empregadas. Apenas 10% das famílias consistem em um pai empregado, uma mulher dona-de-casa e filhos menores de 18 anos.

Segundo destaca Ahrentzen (1993b, p. 11), em seu país, a imagem da família tradicional – um casal casado, com crianças pequenas, marido empregado e esposa dona de casa –, que marca os anos 50 e 60, não retrata mais a realidade demográfica de hoje; outros tipos de família, diferentes da tradicional, somam perto de 79% dos grupos domésticos formados desde 1980.

Ademais, nas últimas décadas, a família conjugal diminui seu peso relativo no conjunto dos grupos domésticos, embora ainda se mantenha como o tipo familiar predominante: abrange 65% do total das unidades domésticas em 1981, declinando para 60,9% em 1990, ou seja, uma redução relativa de 6,3% durante o período (Ribeiro, 1994, p. 102). Ocorre o mesmo nos Estados Unidos, onde esse arranjo familiar soma cerca de 60%, ou seja, 50,3 milhões de casais com filhos, em um universo de 86,8 milhões de famílias americanas. Por outro lado, aumenta o número de casais sem filhos, quer pelo retardamento do nascimento do primeiro filho, quer pela maior presença de casais no terceiro ciclo de vida familiar, quando os filhos já deixaram a casa paterna.

Constitui também fato inédito o acelerado crescimento, nos últimos anos, das famílias unipessoais e das chefiadas por mulheres (sem cônjuge). Quanto às primeiras, passam de 5,9% do total das unidades domésticas, em 1981, para 6,7%, em 1987, ostentando os maiores valores nas taxas anuais de crescimento no período 1981-89: 7,4% (Goldani, 1991, p. 9). Os arranjos unipessoais são predominantemente urbanos, 78,8% se encontram em estágios avançados do ciclo vital e 42% das pessoas têm 60 anos e mais: em geral, trata-se de domicílios pobres, onde 41% dos habitantes têm renda média mensal de até um s lario mínimo e onde a população feminina é ligeiramente superior   masculina (52%), mas cuja estrutura etária é bastante diferenciada por sexo (Goldani, 1991, p. 9). Em 1981, entre as pessoas que moram s s, 48% eram solteiras, 35%, viúvas e 17% separadas (Berquó, 1989, p. 12).

Ainda que o envelhecimento populacional responda pelo incremento dos arranjos unipessoais, na última década foram as separações e o casamento mais tardio das mulheres os responsáveis por tal incremento, informa Ribeiro (1994, p. 102) com base em dados da PNAD de 1981 e de 1990: os homens de 30 a 39 anos e as mulheres de 15 a 29 anos respondem pelas taxas de crescimento de pessoas vivendo s s na década de 80: 15,4% e 12,5%, respectivamente, faixas de idade em que normalmente deveriam estar casados. Para a autora, tais indivíduos estariam adotando modelos de comportamento relativos à nupcialidade próximos aos encontrados nas sociedades desenvolvidas, associados à valorização da liberdade e da independência. Apesar desses dados, lembra Ribeiro, as unidades domésticas unipessoais continuam sendo constituídas principalmente por idosos. Na França, a quantidade de adultos vivendo s s (vi vos, celibatários e jovens) aumenta de 3,2 milhões, em 1968, para 4,8 milhões, em 1982, e para 5,6 milhões, em 1989. Eles representam atualmente nada menos que 26% do conjunto dos grupos domésticos franceses (Bonvalet, 1992, p. 5).

Quanto ao arranjo familiar *mulher-chefe-sem-cônjuge*, seu acelerado crescimento, nos últimos anos, expressa-se nos dados censitários; seu peso relativo no total dos arranjos familiares passou de 9,2% para 14,5%, entre 1970 e 1990. A relação entre g nero e renda indica que as famílias monoparentais são muito mais incidentes no universo das mulheres e, particularmente, no das mais pobres, fato que não é novo e que, diz Goldani (1991, p. 18), vem sendo analisado, *com base na tese da feminização da pobreza*, ou seja, "trata-se de explicar o crescimento na proporção de mulheres entre os mais pobres pelo aumento das famílias chefiadas por mulheres", e na tese da reprodução intergeracional da pobreza, que associa uma pior performance de crianças em famílias chefiadas por mulheres, quando comparadas com aquelas em famílias com dois pais presentes. Entretanto, alerta a autora, para a comprovação dessas teses é preciso ainda de muita investigação empírica, pois esse tipo de arranjo doméstico resulta de processos diversos e, assim, pode variar tanto de um período quanto de um contexto para o outro. De todo modo, dados da PNAD de 1990 indicam que quase dois terços (64,3%) das famílias

chefiadas por mulheres tinham renda *per capita* de no máximo um salário mínimo, enquanto 41,5% estavam na faixa de pobreza (Ribeiro, 1994, p. 111).

Na França, segundo Bonvalet (1992, p. 6), o aumento das famílias monoparentais resulta de uma evolução sociodemográfica: eram 660 mil em 1968, 850 mil em 1982 e 1.100.000 em 1989, e as mulheres representavam 85% do conjunto desse tipo de família. Contudo, para a autora, o que mudou mesmo na França foi a natureza da monoparentalidade: antes eram sobretudo viúvas que compunham essa categoria, atualmente são mulheres divorciadas ou que romperam uma união; em 1968, 56% das mães sóas eram viúvas, em 1989, apenas 21%.

A família monoparental (*single-parent family*) nos Estados Unidos, segundo Ahrentzen (1993b, p. 143), é um tipo familiar já estabelecido, que desfruta de uma certa tradição: sua proporção em 1970 equivalia à de 1870. Além disso, entre 1970 e 1980, seu número dobra, representando 21% de todas as famílias, percentual que, na visão da autora, não deve declinar, pois, mesmo estabilizadas as taxas de divórcio, cresce o percentual de famílias de mães solteiras. Em 1985, 22% de todos os nascimentos eram ligados a esse tipo de maternidade, contra 4% em 1950; entre as crianças negras nascidas hoje em dia, o percentual atinge 60%. Essas famílias têm em comum o baixo rendimento familiar, o sentimento de isolamento, a solidão e a sobrecarga de papéis, conclui a autora.

As famílias monoparentais com chefia masculina sem cônjuge são pouquíssimo incidentes. Em parte, porque os homens, após a separação ou a viuvez, se casam novamente com muito mais frequência e rapidez do que as mulheres. Além disso, há o predomínio de viúvas sobre viúvos. No Brasil, dados da PNAD revelam que não houve alteração no índice desse tipo familiar, permanecendo em 2%, tanto em 1981, quanto em 1987 (Castelo Branco, 1989, p. 10). Na França, representam 1,8% do total dos grupos domésticos (Bonvalet, 1992, p. 4).

Merecem destaque, ainda, os arranjos familiares que podem ser denominados *novos*, tais como as famílias *reconstituídas* ou *recompostas* (resultantes de novos casamentos entre pessoas separadas, com a presença de filhos de casamentos anteriores e/ou de filhos do novo casal) e as *novas formas de casamento que não envolvem coabitação* ("casados, mas cada um na sua casa")⁹

Deste modo, configura-se uma nova realidade familiar muito distante do ideário da família conjugal moderna, que se mostrou, ao contrário do que diziam os funcionalistas, incapaz de realizar os anseios de individualidade e de liberdade, cada vez mais marcantes na sociedade contemporânea.

Entretanto, isso não significa que os teóricos da Escola de Chicago estavam certos em seu pressuposto de que os padrões tradicionais de vida seriam destruídos pelo impacto desintegrador do urbanismo, o que os fazia vislumbrar o futuro da família em contexto urbano com uma certa dose de alarme. Diferentemente do que se pensou, a industrialização e a urbanização não levaram à destruição das relações familiares e ao

isolamento da célula familiar; ao contrário, a família soube muito bem se adaptar às novidades trazidas pela sociedade moderna e, no que se refere às suas formas de morar, passa da coabitação entre gerações do mundo rural para a proximidade residencial na cidade, firmando uma real demanda de proximidade física entre as famílias (Bonvalet, 1993, p. 15).

Uma das conseqüências dessas mutações na organização familiar é a *multiplicação do número de famílias*. No Brasil, o número de famílias quase dobrou entre 1970 e 1989: de 17,4 para 33,9 milhões; aumento de cerca de 95% que foi acompanhado de uma diminuição de 22% do número de seus membros (Goldani, 1991, p. 11). O tamanho médio da família, que em 1960 era de 5 elementos, diminui para 4,4, em 1980, e para 4,1 em 1990.¹⁰

Conforme mencionado, alguns indícios de que as transformações familiares têm decorrências diretas sobre a habitação e sobre o espaço urbano revelam-se na *multiplicação do número de famílias* e na atual *transitoriedade do ciclo de vida familiar* (Bonvalet e Merlin, 1987, p. 185). No primeiro caso, cresceria a demanda por novas unidades habitacionais, o que tornaria mais crítica a situação das cidades mundiais com alta densidade de ocupação e com seu parque habitacional saturado. É importante observar que a redução do tamanho médio da família pode não significar uma demanda por espaços ainda menores de habitação, mas, talvez, uma reivindicação por espaços internos mais individualizados, visando a atender à crescente necessidade de independência dos indivíduos no interior da família (Bonvalet, 1993, p. 12). No segundo caso, o que ocorre é uma mudança na natureza do ciclo de vida familiar, que antes se desenvolvia linearmente, desde a formação do jovem casal, passando pelo nascimento, pela criação dos filhos, até a saída destes, quando o casal já idoso volta a ficar sozinho, momento esse identificado também como o do ninho vazio. O cumprimento dessas três etapas torna-se cada vez mais raro hoje. A noção de *transitoriedade do ciclo de vida familiar* (Bonvalet e Merlin, 1987, p. 185) permite mostrar como emergem novas necessidades de moradia e tem uma importância fundamental para a avaliação das políticas públicas habitacionais, nas quais o desenho da casa urbana continua a ser concebido com base exclusivamente na família conjugal moderna, sem mesmo considerar que esta também vem se modificando; ademais, toma como pressuposto a linearidade do ciclo de vida familiar.

Situadas as tendências que permitem falar de padrões de casamento e de família plurais, flexíveis e heterog neos, que trariam novas necessidades de moradia, analisam-se a seguir os dados empíricos relativos à família e   moradia na metrópole e na cidade do Rio de Janeiro.

Família no contexto da metrópole do Rio de Janeiro

A caracterização das tipologias de famílias baseia-se em níveis espaciais diferenciados, apresentados na seqüência desse tópico. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro/RMRJ configura o primeiro nível espacial e apresenta algumas particularidades quanto aos formatos familiares,¹¹ expressas na Tabela 1. Sua leitura permite afirmar que a RMRJ se enquadra nas tendências gerais apontadas. Consta-se um crescimento percentual do tipo familiar *unipessoal* – na verdade, é o arranjo que mais cresce entre os anos 80 e 91 –, com um acréscimo de cerca de 25%, atingindo em 1991 um valor correspondente a 10% do total dos arranjos domésticos. Cresce igualmente o percentual do tipo familiar *mulher-chefe-semcônjuge*, com um acréscimo de cerca de 14% na participação, atingindo 8,6% do total dos formatos familiares.¹² Ainda em consonância com as tendências já apresentadas, decresce o percentual do arranjo *casal com filhos* – é o que mais decresce no período –, com queda de 13,5%, embora continue sendo o arranjo doméstico preponderante, representando em torno de 44% do total dos formatos familiares. Esse declínio significativo reitera e amplia o significado das tendências familiares antes assinaladas, uma vez que expressa o retraimento do tipo tradicional de família centrado no casal e seus filhos, que caracteriza a *família conjugal moderna*. Quanto à propensão de redução do tamanho médio da família, o espaço metropolitano enquadra-se igualmente nessa tendência, registrando uma sensível redução de 4,3 para 3,7 componentes no período estudado.

Uma constatação importante pode ser antecipada em relação à distribuição espacial dos formatos familiares. Como se verá na continuidade da análise, suas variações vão se tomando mais marcadas à medida que se adentra o espaço intrametropolitano e, de forma especial, quando se adentra o espaço intraurbano. As diferenças mais notáveis expressam-se nas RAs.

O segundo nível espacial de análise é o intrametropolitano, e sua divisão interna baseou-se no pressuposto de que o Município de Niterói apresenta características específicas que o distinguem dos demais Municípios da RMRJ e o aproximam mais do Município do Rio de Janeiro,¹³ o que justifica o desenho espacial que se escolhe para recortar a RMRJ, registrado na Tabela 2. Seus dados mostram que, no espaço intrametropolitano, repete-se a tendência verificada para a RMRJ, de crescimento do tipos familiares *unipessoal mulher-chefe/sem cônjuge com filhos* e de declínio dos arranjos domésticos *casal com filhos*. Quanto às *famílias unipessoais*, seu crescimento mais significativo ocorre em Niterói: 3,4 pontos percentuais, ainda que o município do Rio de Janeiro continue apresentando, em 1991, a maior presença desse tipo familiar: 11,3%. O contraste manifesta-se nos *demais municípios da RMRJ*, que apresentaram o menor crescimento em pontos percentuais (1,3%) e somam o menor percentual (7,9%) desse arranjo familiar. Quanto

Tabela 1 – Tipos e tamanhos médio de Família – Censo de 1980 e 1991
 Unidade básica: domicílio/distribui o na RMRJ (%)

Tipo familiar	RMRJ	
	1980	1991
Unipessoal	8,0	10,0
Casal sem filhos	11,2	11,6
Casal sem filhos e com parentes	1,8	1,7
Casal com filhos	50,8	43,8
Casal com filhos e parentes	9,1	9,1
Mulher-chefe/sem cônjuge com filhos	7,6	8,6
Mulher-chefe/sem cônjuge com filhos e parentes	2,8	4,7
Homem-chefe/sem cônjuge com filhos e parentes	0,9	1,2
Outros	7,1	8,2
Tamanho médio da família	4,3	3,7

ao tipo *mulher-chefe/sem cônjuge com filhos*, registram-se percentuais de crescimento semelhantes aos verificados para a RMRJ, com exce o do Município de Niterói, que cresce 1,7 pontos percentuais e exibe o maior percentual desse tipo familiar no espaço intra-urbano.¹⁴ O tipo familiar *casal com filhos* apresentou significativa queda de dez pontos percentuais em Niterói, o que o aproximou do percentual que o Rio de Janeiro exibe em 1991 para esse tipo familiar. No caso dos *demais municípios da RMRJ*, embora tenham apresentado um decréscimo semelhante ao do município do Rio de Janeiro, continuam a constituir a área intraurbana e a abrigar o maior percentual desse arranjo doméstico. Uma significativa redu o, de sete pontos percentuais no tamanho médio da família, expressa-se nas três áreas intrametropolitanas. A  rea que integra os *demais municípios da RMRJ*, região periférica mais pobre, continua a ter o maior número de componentes: 3,9 componentes por domicílio contra 3,5 componentes no Rio de Janeiro e em Niterói.

Tabela 2 – tipos e tamanhos de Família – Censo de 1991
 Unidade básica: domicílio/distribui o intrametropolitana (%)

Tipo familiar	Município do Rio de Janeiro		Município de Niterói		Demais municípios	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Unipessoal	8,9	11,3	7,1	10,5	6,6	7,9
Casal sem filhos	12,1	12,3	11,2	12,0	9,7	10,4
Casal sem filhos e com parentes	2,0	1,8	1,8	1,7	1,5	1,6
Casal com filhos	47,5	40,3	51,0	41,3	56,5	49,6
Casal com filhos e parentes	9,1	8,9	9,1	8,5	9,1	9,7
Mulher-chefe/sem cônjuge com filhos	7,6	8,6	7,3	9,0	7,6	8,6
Mulher-chefe/sem cônjuge com filhos e parentes	2,9	4,7	2,8	4,4	2,5	4,7
Homem-chefe/sem cônjuge com filhos e parentes	1,3	1,8	1,3	1,7	1,4	2,1
Tamanho médio da família	4,2	3,5	4,2	3,5	4,6	3,9

A cidade do Rio de Janeiro constitui o terceiro nível espacial, recortado através de quatro Regiões Administrativas (RAs)¹⁵. A escolha dessas áreas baseou-se em critérios que visavam a dar conta da variedade de situações socioeconômicas no espaço intra-urbano, apreender características intrínsecas de cada uma das RAs escolhidas, testar as hipóteses relativas à distribuição espacial dos tipos familiares na organização familiar de cada RA.

A RA de Copacabana foi escolhida devido à sua importância histórica; foi o primeiro bairro à beira mar, a partir da década de 30, a abrigar o *estilo moderno de viver e de morar* simbolizado nas edificações coletivas de luxo¹⁶. Ao longo das décadas 50 e 60 ganha prestígio e status; posteriormente, democratiza-se, abrindo espaço para as classes populares. Abriga atualmente os mais variados segmentos sociais e o maior percentual de população idosa da cidade. Trata-se de um bairro emblemático, e toda a sua história converte-o num dos espaços urbanos de maior singularidade, fonte inesgotável para estudos e pesquisas urbanas.

A Barra da Tijuca é uma área de recente ocupação, cuja expansão manteve-se à margem do crescimento da cidade até meados dos anos 70, quando conhece uma ocupação intensa. O plano urbanístico de Lúcio Costa, que deveria orientar sua expansão, sofreu vários desvirtuamentos, entre outros fatores, devido ao poder e à atuação maciça do mercado imobiliário. Trata-se do espaço da cidade de maior concentração de população de alta renda. Consagra-se como local privilegiado para a localização dos condomínios fechados e, mais tarde, em parte também para a localização dos *flats*.

O bairro da Tijuca, um dos mais tradicionais da cidade, situa-se na Zona Norte, possui um relativo contingente de camadas de média renda, que – e essa seria sua particularidade –, embora tenha condições econômicas para morar na Zona Sul, permanece na Zona Norte por não se identificar com os valores e estilos de vida daquela área. Aqui se retoma a questão da velha polaridade Zona Norte/Zona Sul e do mapeamento simbólico da cidade.¹⁷

A escolha de Campo Grande decorre do fato de ser este um bairro pobre da Zona Oeste do Rio de Janeiro que juntamente com Bangu e Santa Cruz constituem as três grandes regiões que compõem a área periférica há pouco incorporada à malha urbana dessa cidade. Além disso, trata-se de uma área em que as formas periféricas de produção imobiliária – que tradicionalmente se organizam dentro de uma lógica não-capitalista, como a autoconstrução: os conjuntos habitacionais de baixa renda – passam a conviver, na década de 80, com a emergência paralela de uma lógica de produção tipicamente capitalista, com a presença de grandes empresas construtoras-loteadoras bem como das incorporadoras-construtoras, o que era naquele momento algo extremamente novo.¹⁸

A Tabela 3 sintetiza a realidade intra-urbana, na qual se identifica uma radicalização das tendências já assinaladas para o espaço metropolitano e intrametropolitano. Dois formatos familiares são exemplares nesse sentido, em especial no caso de Copacabana: o *unipessoal*, devido ao seu significativo crescimento, e o casal com filhos, por seu

Tabela 3 – Tipos e tamanhos de famílias – censos de 1980 e de 1991
 Unidade básica: domicílio
 Distribui o intra-urbana no Município do Rio de Janeiro (%)

Tipo familiar	RA Copacabana		RA Tijuca		RA Campo Grande		RA Barra da Tijuca	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991	1980	1991
<i>Unipessoal</i>	19,8	26,0	8,6	13,4	5,2	6,5	7,8	12,0
Casal sem filhos	16,1	14,8	14,4	14,3	9,0	10,0	13,6	14,3
Casal sem filhos e com parentes	2,2	1,6	2,4	2,0	1,3	1,5	1,6	1,2
<i>Casal com filhos</i>	29,1	18,8	44,4	34,7	58,6	50,9	56,9	43,0
Casal com filhos e parentes	4,5	3,3	8,8	6,5	9,3	10,5	6,5	5,8
<i>Mulher-chefe/sem cônjuge com filhos</i>	7,4	7,5	6,9	8,7	7,9	8,6	4,8	6,0
Mulher-chefe/sem cônjuge c/filhos e parentes	2,6	2,9	2,6	3,7	2,4	4,8	0,8	1,9
Homem-chefe/sem cônjuge c/ filhos e parentes	1,0	1,2	1,3	1,5	1,5	1,8	1,3	1,5
<i>Tamanho médio da família</i>	3,1	2,6	3,8	3,2	4,7	3,9	4,2	3,5

decréscimo. Em 1991, as famílias unipessoais passam a ser o arranjo familiar predominante em Copacabana, caracterizando uma situa o inédita: cresce 6,2 pontos percentuais e totaliza 26% do total dos arranjos familiares, valor superior ao dobro do valor médio verificado no Município do Rio de Janeiro. As RAs da Tijuca e da Barra da Tijuca também apresentaram acréscimos de cerca 5 e 4%, respectivamente, contra o menor acréscimo na RA de Campo Grande (1,3%). O formato *casal com filhos* tem sua participa o significativamente reduzida. No decorrer da década de 80, foram observadas redu oes apreciáveis em todas as RAs; de 29,1% para 18,8% em Copacabana, de 44,4% para 34,7% na Tijuca, de 58,6% para 50,9% em Campo Grande e de 56,9% para 43% na Barra da Tijuca.

Tabela 4 – Tipos de Família – Censo de 1991
 Unidade básica: domicílio
 Distribui o segundo diferentes áreas (%)

�rea espacial	Unipessoal	Casal com filhos	Casal sem filhos	Mulher-chefe c/filhos
Brasil*	6,8	52,2	10,8	11,0
Estado do Rio de Janeiro	9,5	45,3	11,4	8,4
RMRJ	10,0	43,8	11,6	8,6
Município do Rio de Janeiro	11,3	40,3	12,3	8,6
RA Copacabana	26,0	18,8	14,8	7,5

* Censo Demográfico de 1991. Unidade básica: família

Destoando das tendências verificadas nos espaços metropolitano e intrametropolitano, o formato *mulher-chefe/sem cônjuge com filhos* apresentou um pequeno aumento relativo, na década em questão, em todas as RAs, com exceção de Copacabana, onde praticamente não sofreu alteração.¹⁹ Quanto ao tamanho médio da família, nota-se um decréscimo praticamente uniforme em todas as RAs. Copacabana, no entanto, expressa o limite dessa tendência, apresentando o menor tamanho médio de família: 2,6 componentes, opondo-se a Campo Grande, com o maior número médio de membros por família (3,5).

Pode-se notar que esse conjunto de dados relativos ao Rio de Janeiro está em consonância com as tendências gerais para o país, apresentadas anteriormente. A Tabela 4 permite visualizar isso com maior clareza.

A seguir, agregam-se, na Tabela 5, os tipos familiares segundo sua distribuição no espaço intra-urbano para tomar mais clara sua espacialização e para evidenciar tendências singulares distintas entre as RAs estudadas. Observa-se que Copacabana apresenta os maiores percentuais de famílias *unipessoais*, opondo-se a Campo Grande, em que esse arranjo doméstico apresenta os menores percentuais. Essa situação se inverte no caso do formato *casal com filhos*: sua maior incidência ocorre em Campo Grande, e a menor em Copacabana. Outras vezes a oposição se faz entre a Barra da Tijuca, que apresenta o menor percentual de *mulher-chefe*, e Campo Grande e Tijuca, com os maiores percentuais desse formato familiar. Nessa linha, várias comparações podem ser feitas internamente às diversas áreas, como, por exemplo, entre a Barra da Tijuca, que apresenta o segundo maior percentual de famílias *casal com filhos*, e Copacabana, que tem o menor percentual desse arranjo doméstico. Verifica-se também, nessas duas RAs, uma diferença apreciável nos percentuais de famílias unipessoais.

A nova dinâmica da família expressa nos dados apresentados levou à hipótese da emergência de novas necessidades de habitação, não providas pelo projeto de edificação da moradia convencional, e da emergência de uma demanda embrionária por novos tipos de moradia.

Tabela 5 – Tipos de Família – Censo de 1991
Unidade básica: domicílio
Distribuição segundo diferentes áreas (%)

Área espacial	Unipessoal	Casal com filhos	Casal sem filhos	Mulher-chefe c/filhos
RA Copacabana	26,0	18,8	14,8	7,5
RA Campo Grande	6,5	50,9	10,0	8,6
RA Barra da Tijuca	12,0	43,3	14,3	6,0
RA Tijuca	13,4	34,7	14,3	8,7

Os flats como uma nova forma de morar

Uma reflexão mais sistemática, no sentido de repensar a habita o contemporânea em face dos novos modos de vida derivados dessa nova realidade familiar, está presente no campo da arquitetura contemporânea e, em particular, na área de projetos de edifica o. Uma manifesta o nessa dire o, ainda que restrita e pontual, são os *lofts*, uma prática arquitetural de reconversão de edifícios industriais em habita o, que aparece no contexto de renova o residencial em áreas centrais degradadas (referido como *gentrification*) nos Estados Unidos e na Europa, processo cujo exemplo clássico é o de Nova York nos anos 60, com forte apelo e aceita o entre uma certa elite de intelectuais e artistas. Entretanto, os próprios arquitetos reconhecem que os *lofts* surgem fora de institui es, sem teoriza es particulares, e sem a sua presença; apenas num segundo momento é que os arquitetos passaram a projetá-los (Tramontana, 1993, p. 4).

Fora os *lofts*, as iniciativas no sentido de repensar a habita o, apesar de bastante embrionárias, "têm conquistado espaço na m dia e começam a atrair os olhares dos promotores" (idem, p. 5), destacando que vários jovens arquitetos europeus "têm contribuido para esboçar bases do desenho de novos espaços de morar", além da presença de arquitetos mais consagrados nessa área, em países como Estados Unidos, Su a e Inglaterra, e sobretudo no Japão, o que o autor denomina "atual efervescência japonesa". No Brasil, entretanto, "tais iniciativas são por demais escassas (idem, p. 5), o que fez com que a pesquisa empírica se direcionasse para ofertas propostas pelo mercado imobiliário, definindo os hotéis-residencias como objeto empírico de investiga o. Definidos aqui como *flats*, expressam uma nova forma de moradia e permitem confirmar a hipótese da existência de uma demanda, ainda embrionária, por novos estilos de moradia; sua originalidade está na oferta integrada de moradia, infra-estrutura, equipamentos e serviços, que permite configurar uma forma de moradia diferente da convencional.²⁰

A constata o empírica dessa demanda, contudo, não autoriza generaliza es. Trata-se de uma demanda pontual circunscrita aos segmentos sociais de média e alta rendas, além disso não   genérica no interior desses segmentos: ela está relacionada às pessoas que vivem determinadas situa es transitórias de ciclo de vida familiar – divórcio, separa o, viuvez – e que, às vezes, transitoriamente, não se inserem num grupo familiar convencional. Foram encontrados tipos familiares bastante diversificados.²¹

O estudo dos *flats*, além de ilustrar as mudanças familiares e suas decorrências nas formas de morar, revela alguns dos princípios que organizam o espaço social da cidade, como a existência de uma divisão econ mica e social do espaço urbano. Acessíveis apenas aos segmentos mais privilegiados da popula o, os *flats* concentram-se nas áreas habitadas pelos chefes de famílias de alta renda, ou seja, na Zona Sul, que, numa dimensão mais simbólica que geográfica, inclui a Barra da Tijuca. Essa concentra o

expressa apenas uma das dimensões das desigualdades socioespaciais urbanas, que fica mais clara na análise do tópico seguinte.

Segregação urbana, espaço e família

A cidade do Rio de Janeiro registra uma marcante separação ideológica do espaço. A Zona Norte, a Zona Sul e os subúrbios, mais que simples referências geográficas, são categorias de representação que separam as pessoas segundo valores e modos de vida, os quais definem formas específicas de comportamento e se objetivam em formas específicas de segregação urbana (Ribeiro, 1998, p. 116).

A constatada espacialização diferenciada de arranjos familiares expressa essa segregação. Basta relacioná-la às condições socioeconômicas do chefe do domicílio. Renda é a primeira delas. Para melhor interpretar o grande número de dados obtidos, procurou-se condensar as informações mais relevantes na Tabela 6, que destaca os percentuais dos domicílios cujos chefes têm rendas extremas. Tal recurso permitiu evidenciar que as chefias de alta renda se concentram destacadamente na Barra da Tijuca. Em segundo lugar aparece Copacabana – ainda que com uma diferença apreciável de 14,4% em relação à primeira –, em seguida a RA da Tijuca – cuja diferença em relação à Barra da Tijuca atinge 18,4%. Em contrapartida, a chefia de baixa renda concentra-se maciçamente em Campo Grande, contrastando com Copacabana, que é a RA que concentra o menor percentual de chefes com renda de até 1 SM.

A Tabela 6 revela, ainda, que na década de 80 houve um aumento significativo do percentual de chefes pobres – renda de até 1 SM – na RA de Campo Grande. No outro extremo, de alta renda, houve uma diminuição no percentual de chefes, sobretudo nas RAs da Tijuca e de Copacabana e, de forma mais discreta, na da Barra da Tijuca, que continua sendo a que mais concentra chefes de alta renda.

Outros dados obtidos, inscritos na Tabela 7, permitem informar a relação entre renda do chefe e tipo familiar.²² Para uma informação mais precisa dos dados, apresenta-se na primeira coluna da Tabela o número absoluto de cada tipo familiar, já que é bastante significativa a variação interna dos tipos familiares em cada RA. Quanto ao grupo

Tabela 6 – Extremos de renda – percentuais de domicílio por RA

RA	Até 1 SM		Mais de 20 SM	
	1980	1991	1980	1991
Copacabana	4,2	5,4	22,7	16,4
Tijuca	7,3	8,4	17,6	12,4
Campo Grande	14,9	25,3	0,8	0,8
Barra da Tijuca	9,7	9,0	34,9	30,8

doméstico *unipessoal*, a Tabela 7 mostra que Copa cabana – a RA de maior concentração desse arranjo familiar – apresenta, entre as estudadas, o menor percentual de chefes na faixa de até um s l rio mínimo. Nas demais faixas, verifica-se uma distribuição mais homog nea. Assim, fica-se sabendo que as famílias unipessoais nessa RA são, em boa parte, das camadas m dias baixas, mas a maioria – 48,2% do total dos chefes desse tipo familiar estão nas faixas de mais de 5 até 10 SM e de mais de 10 até 20 SM – pertence às chamadas camadas m dias. Quanto à renda de mais de 20 SM, apresenta um percentual significativo sobretudo se comparado com Campo Grande e Tijuca. É interessante notar que a Barra da Tijuca possui o maior percentual de chefes nessa faixa de renda, mas, em números absolutos, a menor concentração desse tipo familiar. O tipo familiar *casal com filhos* predomina em Campo Grande, em que a maioria dos chefes tem renda na faixa de mais de 1 até 5 SM. A Barra da Tijuca constitui seu grande contraponto, com a maior concentração de chefes com mais de 20 SM, seguida de Copacabana com percentual têm bem bastante significativo.

Quanto às famílias *mulher-chefe-sem cônjuge com filhos*, Campo Grande,  rea periférica e pobre da Zona Oeste, é a RA que mais concentra, em números absolutos, esse tipo familiar, o que confirma mais uma vez a relação entre chefia feminina e pobreza. Em quase 50% dos casos, a renda da chefe está na faixa de até 1 s l rio mínimo; em torno de 45% estão na faixa de renda de mais de 1 até 5 SM, com uma pequena incidência (5,3%) na faixa de mais de 5 até 10 SM.

Entretanto, ao se observarem os dados das RAs de Copacabana, Tijuca e Barra da Tijuca, essa associação entre chefia feminina e pobreza tem que ser relativizada. Em Copacabana, o arranjo familiar *mulher-chefe*, em números absolutos, tem uma presença significativa, ainda que cerca de 40% menor que a RA de Campo Grande. Todavia, ao contrário desta, a RA de Copacabana tem a distribuição mais homog nea desse tipo familiar, com uma concentração de cerca de 60% nas faixas de mais de 1 até 10 SM, e em torno de 20% na faixa de 10 a 20 SM; depois da Barra da Tijuca, Copacabana é a RA que mais concentra mulheres-chefes na faixa de mais de 20 SM, com um percentual de 7,6%. A RA da Tijuca abriga um grande contingente desse formato familiar (levemente maior que o de Copacabana), com um perfil de distribuição de renda semelhante a Copacabana. Na RA da Barra da Tijuca, encontra-se o menor número, em termos absolutos, de famílias chefiadas por mulher, sem cônjuge, que se distribuem em sua maioria nas faixas de média renda;  m disso, essa RA apresenta o singular percentual de 14,8% de chefia feminina, sem cônjuge, na faixa de mais de 20 SM.

Esses dados permitem reforçar os argumentos antes mencionados sobre a presença, ainda que pequena, de mulheres de estratos médios e de renda média no tipo familiar *mulher-chefe com filhos*. Essa presença é ainda tímida e delimitada a algumas das RAs estudadas, mas pode trazer novos elementos para a tese da *feminização da pobreza*. Os dados aqui obtidos assemelham-se aos encontrados por Bruschini (1991), em pesquisa

Tabela 7 – Percentagem dos domicílios de um determinado Formato Familiar, por Paixa de renda do chefe nas diferentes RAs. Censo de 1991 / Unidade básica: domicílio (%)

Tipo familiar/ região administrativa	Nº de domicílios	Até 1 SM	Mais de 1 até 5 SM	Mais de 5 até 10 SM	Mais de 10 até 20 SM	Mais de 20 SM
Unipessoal						
Copacabana	16.969	7,0	32,7	26,5	21,7	10,4
Tijuca	8.105	13,5	42,3	22,3	15,1	6,3
Campo Grande	6.372	45,4	44,7	7,2	1,9	0,4
Barra da Tijuca	3.303	13,8	25,9	14,7	21,6	23,0
Casal com filhos						
Copacabana	12.248	3,2	25,7	20,2	27,0	21,7
Tijuca	20.940	6,2	26,8	21,9	17,5	16,6
Campo Grande	49.567	17,1	60,5	16,4	4,5	1,1
Barra da Tijuca	11.849	7,6	25,6	10,9	21,6	33,0
Mulher-chefe sem cônjuge com filhos						
Copacabana	4.912	8,0	31,9	29,9	20,9	7,6
Tijuca	5.259	13,2	38,1	26,7	16,5	5,1
Campo Grande	8.412	48,5	44,7	5,3	1,0	0,2
Barra da Tijuca	1.667	15,8	26,5	19,9	21,4	14,8

relativa à cidade de São Paulo, que identificou a presença de 31% das famílias chefiadas por mulheres, constituídas por profissionais de classe média, com a guarda dos filhos, distinguindo-se, pois, desse quadro de pobreza associado à chefia feminina. Na mesma linha, Garcia Castro, citada por Goldani (1993, p. 18), rejeita a generalidade da tese da *feminização da pobreza* e enfatiza a necessidade de se contemplarem as características diferenciadoras das *mulheres-chefes* de família, tais como idade, situação matrimonial, raça, profissão e condições de trabalho. De todo modo, não se trata de negar a associação entre pobreza e chefia feminina para o total da população, mas, sim, de apontar a possível emergência de uma nova relação observada em contextos socioespaciais específicos, entre gênero e chefia familiar, que poderá ter interesse para os estudiosos que buscam analisar, sob uma nova ótica, esse arranjo familiar.

A segunda variável socioeconômica considerada é o grau de escolaridade do chefe do domicílio. A Tabela 8 apresenta os extremos de escolaridade e seu percentual relativo (com base no número total de domicílios da RA) nas áreas estudadas. A RA de Campo Grande apresenta o pior desempenho quanto à escolaridade, do mesmo modo que ocorreu com a variável renda. Outros dados levantados, que não constam da tabela, mostram que em 30% dos domicílios dessa RA seus chefes de família são analfabetos ou têm o primário incompleto. Essa situação contrasta com a verificada nas demais RAs, em que apenas 9,8% (Copacabana), 13,7% (Tijuca) e 15,6% (Barra da Tijuca) dos domicílios são chefiados por pessoas com baixo nível de escolaridade.

Tabela 8 – Extremos/Grau de escolaridade/Percentuais de domicílios por RA
Dados do Censo de 1991 (%)

RA	Analfabeto Primário incompleto	Nível superior
Copacabana	9,8	43,5
Tijuca	13,7	41,1
Campo Grande	30,0	7,7
Barra da Tijuca	15,6	47,8

Verifica-se, portanto, que o nível de escolaridade predominante do chefe guarda uma rela o direta com os extremos de renda. Os dados das Tabelas 6, 7 e 8 evidenciam que nas RAs em que predominam os mais elevados percentuais de alta renda mais de 20 SM – encontram-se também os mais altos percentuais de chefes com nível superior. A RA da Barra da Tijuca   exemplar nesse sentido: sendo a área que, como se viu, apresenta os maiores percentuais de chefes com alta renda, apresenta correlatamente a maior concentra o de chefes com escolaridade de nível superior. Em contraste, a RA de Campo Grande, que apresenta o maior percentual de chefia de baixa renda – até um s lario mínimo –, convive com os mais altos percentuais de chefes com baixa escolaridade.

Esse conjunto de dados permite revelar a dinâmica que comanda o processo de estrutura o do espaço urbano carioca. A segrega o urbana se evidencia quando se observa que os mais pobres, que são também os que têm menor grau de escolaridade, vivem nas áreas mais carentes e periféricas, sem infra-estrutura, desprovidas de serviços básicos. As famílias de chefes com alta renda e alta escolaridade concentram-se em especial na Zona Sul da cidade, dotada de serviços e de infra-estrutura.

Abrindo o debate...

O estudo da dinâmica socioespacial da metrópole do Rio de Janeiro, a partir das transforma es da família e das formas de morar, busca – para além do conjunto de informa es que apresenta e das questões que levanta – contribuir para o debate atual acerca dos impactos das transforma es econ micas sobre as estruturas social e espacial das grandes metrópoles.

Esse debate tem como ponto de partida a hipótese da *global city* (Sassen, 1991; Borja e Castells, 1997), que focaliza o processo de transforma o do papel das cidades que passam a integrar as redes da economia mundial. A integra o dessas cidades levaria a uma mudança de sua divisão social e espacial do trabalho, que derivaria do declínio da atividade industrial e da expansão das atividades financeiras e dos serviços produtivos

e pessoais. A consequência mais imediata deste conjunto de transformações seria a emergência de uma nova estrutura social, caracterizada pela expansão das camadas superiores e inferiores da hierarquia social, pela concentração da renda e pela retração do peso das camadas médias (Preteceille e Ribeiro, 1999).

Dito de outro modo, a globalização das economias urbanas levaria a uma estrutura social polarizada, dual, em termos tanto da estrutura socioprofissional, quanto da distribuição da renda. O principal mecanismo desta transformação seria a segmentação do mercado de trabalho, produzida pela economia urbana globalizada, caracterizada, de um lado, por um pequeno número de empregos altamente qualificados e muito bem pagos e, de outro lado, por um grande número de empregos pouco qualificados e mal remunerados. Os empregos qualificados decorreriam do novo papel de articulação das cidades na rede da economia global, enquanto os empregos desqualificados resultariam do aumento da demanda por serviços pessoais. Ocorreriam, então, o surgimento e expansão das camadas sociais de alta renda, e a introdução de formas "degradadas" de emprego no remanescente setor industrial. Uma "nova ordem espacial" expressaria os resultados dessas mudanças, ordem essa que teria como característica central a dualização das estruturas urbanas (idem).

Essa hipótese tem trazido uma série de controvérsias. As pesquisas sobre Londres (Hamnett, 1995) e Paris (Preteceille, 1993 e 1995) contrariam as hipóteses da *global cities*, uma vez que não encontram sinais de bipolarização das estruturas sociais e espaciais destas cidades. No entanto, tais pesquisas constatarem o crescimento das desigualdades sociais em termos de renda, mas, diferentemente dos defensores da ideia de *global city*, esse aumento não é entendido como exclusivamente decorrente dos efeitos da globalização sobre a estrutura social, mas, sobretudo, da redução dos impostos incidentes sobre as rendas e dos limitados aumentos da ajuda pública ao desemprego e às categorias de baixa renda.

Ao mesmo tempo, tais pesquisas chamam a atenção para as modificações da estrutura da distribuição de renda ocasionadas pelas mudanças demográficas, que fizeram crescer o número de famílias unipessoais, especialmente entre as categorias superiores de renda. Pode-se notar, portanto, que o estudo das transformações da família e da espacialização dos tipos familiares pode contribuir para avaliar os impactos das transformações econômicas sobre as estruturas social e espacial das grandes metrópoles.

No caso específico do Rio de Janeiro, o estudo de Ribeiro (1998) também contraria as hipóteses da *global cities* e aponta para um processo particular de auto-segregação das camadas mais ricas. Nessa direção, apenas a título ilustrativo, pode-se destacar, a partir dos dados aqui trabalhados, que a Barra da Tijuca, embora seja a RA de maior concentração de chefia de alta renda, apresenta um percentual relativamente significativo de chefia de baixa renda. Esse dado é bastante interessante para a discussão dos eventuais processos de auto-segregação das camadas mais ricas no contexto das cidades globalizadas, uma vez que, nesse caso, a tentativa de auto-segregação dos ricos no

espaço da Barra da Tijuca estaria inviabilizada, ou aos menos dificultada pela presença desse contingente de população pobre.

Do mesmo modo, a identificação da espacialização metropolitana dos domicílios feita aqui permite trazer dados novos sobre a dinâmica socioespacial da metrópole carioca, ao apontar o processo de *periferiza o* do crescimento metropolitano. Os dados resultantes das tabula es especiais revelaram que os domicílios periféricos da RMRJ (referidos sempre nas tabelas como *demais Municípios da RMRJ*) apresentaram a maior taxa de crescimento: 25,3% na década, bastante superior, portanto, é de seu município núcleo, Rio de Janeiro, que foi de 11,6%. Mesmo o município de Niterói, que tem um perfil mais semelhante a este último, apresentou percentuais mais elevados (18,2%). Esse dado vai ao encontro das observa es feitas por Brito (1990, p. 175), que indica que o processo de *periferiza o metropolitana* tem como contra ponto a "desperiferiza o" de algumas áreas da periferia, como ocorre em Campo Grande. A "desperiferiza o"   entendida como o processo de expansão de formas de produ o capitalista nessa área, com a incorpora o da zona oeste ao mercado imobiliário da cidade e acarreta uma "eletiza o" de partes significativas dessa região. Tais elementos da dinâmica socioespacial da metrópole do Rio de Janeiro, citados aqui, como já se disse apenas a título ilustrativo, podem trazer os primeiros elementos para alimentar o debate proposto.

Maria Josefina Gabriel Sant'Anna

Prof. Adjunta. UERJ/IFCH/Departamento de Ciências Sociais. E-mail: mase@uerj.br.

NOTAS

1. Projeto de pesquisa *Segrega o urbana, habita o e família na metrópole do Rio de Janeiro*, desenvolvido no âmbito do Proci ncia/UERJ; Linha de pesquisa: *Memória, espaço urbano e cultura*, PPCIS/IFCH/UERJ; Sublinha: *Metrópole, espaço e estrutura social*. O projeto conta com a parceria do Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (IPPUR/UFRJ-FASE) através do professor doutor Luís César Ribeiro.
2. Para uma abordagem mais sistemática, ver Sant'Anna (1998).
3. Esse conceito é formalizado na seq ncia do texto.
4. Essa mesma base de dados censitária informou ainda as características e formas de ocupa o da moradia dos grupos familiares para cada uma das RAs estudadas, que são tratadas de modo detalhado em minha tese. Ver Sant'Anna (1998).
5. Essa análise se centraliza na realidade brasileira; os dados relativos à França e aos Estados Unidos visam fornecer alguns elementos comparativos.
6. Uma intensa valoriza o ideológica do papel da mulher sustenta esse modelo.

7. Nessa ótica, Vaitsman (1994, p. 17) argumenta que não adota o termo *família nuclear*, muito usual para falar desse padrão de família, porque "esse termo perde em historicidade exatamente pela ausência desse elemento estruturante. As famílias nucleares, nesse sentido, não são necessariamente modernas". Define como "família conjugal moderna, uma família hierárquica que se desenvolveu juntamente com os processos de modernização e industrialização: o grupo de parentesco formado a partir da união fundada na livre escolha e no amor – o casamento moderno –, constituído geralmente pelo núcleo do casal, mas podendo incorporar outros agregados, caracterizado pela divisão sexual do trabalho nas esferas pública ou privada atribuída segundo o gênero".
8. Segundo observa Berquó (1989, p. 11), no passado, essa forma de união estava mais associada aos estratos pobres da população, enquanto hoje atrai a atenção das pessoas como primeira opção de vida conjugal, em especial, entre jovens dos grandes centros urbanos, tendência que se observa também na França: em 1989, 60% dos casais cuja pessoa de referência tem menos de 25 anos não eram casados, percentual que cai para 17%, quando a idade varia de 25 a 39 anos (Bonvalet, 1992, p. 6).
9. Jablonski (1991, p. 221) constatou, em sua pesquisa sobre a crise do casamento contemporâneo, na cidade do Rio de Janeiro, que "há uma tendência já perceptível entre pessoas de classe média-alta de optarem pelo esquema de 'casais unidos/casas separadas'". Revela que 8% das pessoas separadas escolheram esse tipo de recasamento. Há poucos estudos acerca das motivações que levam os casais a esse tipo de esquema: talvez, diz o autor, "seja uma tentativa de lidar com aspectos ruins da vida a dois em um casamento – tédio, rotina, comunicação empobrecida etc. – levada a cabo por casais de razoável poder aquisitivo. Trata-se de um estilo de casamento contemporâneo, escolhido majoritariamente por pessoas que já se casaram e separaram uma vez, e que merece atenção especial pelos estudiosos do casamento".
10. No caso da França, o tamanho médio da família é bem menor; ainda assim, esse número continua caindo: passa de 3,84 em 1961 para 2,57 em 1989 (Bonvalet, 1992, p. 4).
11. Em 1990, segundo dados da PNAD, a RMRJ contava com 11,5 milhões de habitantes, o que representa 81% do total de habitantes do estado (Ribeiro, 1994). O Censo Demográfico mostra que em 1991 a população e as famílias urbanas no estado do Rio de Janeiro alcançaram valores de 95,2% e 95,8%, respectivamente. Trata-se, portanto, de um espaço quase exclusivamente urbano, no qual a região metropolitana tem um peso enorme.
12. Observou-se, entre os grupos domésticos que agregam parentes, que o arranjo familiar mulher-chefe/sem cônjuge com filhos é o tipo familiar de maior crescimento relativo no período estudado: passa de cerca de 2,8% para 4,7%. Esse dado permitiu formular a hipótese de que a agregação de parentes nesse tipo familiar constituiria uma estratégia de sobrevivência. Ver Sant'Anna (1998, cap. V).
13. Do mesmo modo que a RMRJ em relação ao estado, o município do Rio de Janeiro tem grande peso na configuração da área metropolitana: dos seus 11,5 milhões de habitantes, 52,5% residiam no seu núcleo – o município do Rio de Janeiro – e 47,5% nos 13 demais municípios que a compõem (Ribeiro, 1994). Portanto, é decisivo o papel do município na caracterização das tendências de organização familiar intrametropolitanas.
14. O tipo *mulher-chefe/sem cônjuge com filhos e parentes* cresceu dois pontos percentuais (de 2,8% para 4,7%), mantendo-se igualmente distribuído nos municípios. Em termos relativos, esse tipo familiar teve a sua participação marcadamente aumentada no período.
15. RA V - Copacabana: Copacabana e Leme; RA VIII – Tijuca: Alto da Boa Vista, Praça da Bandeira, Tijuca e Engenho Velho; RA XVIII – Campo Grande: Campo Grande, Cosmos, Inhoáiba, Santíssimo e Senador Vasconcelos; RA XXIV – Barra da Tijuca: Barra da Tijuca, Camorim, Grumari, Itanhangá, Joá, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande e Vargem Pequena.

16. Tais edifica es, inclusive, contribuíram para desfazer o estigma que pairava sobre esse tipo de moradia.
17. Gilberto Velho (1978) em seu já clássico estudo sobre Copacabana, mostra que os indivíduos percebem a cidade como um espaço hierarquizado através da hierarquia dos bairros, que por sua vez expressa a hierarquia própria  sociedade. O mapa da cidade  percebido como um mapa social, onde as pessoas se definem pelo lugar em que moram. Se existe um caminho contínuo que pode ser percorrido espacialmente através da mudança do local de residência  porque a sociedade apresenta uma estratificao demarcada em termos de bairro, subúrbios, roça, etc. Copacabana, nesse caso,  – ou era mais fortemente naquela década –, para as camadas pobre e média, o espaço residencial a ser alcançado, "a utopia urbana" que a democratizao do bairro permitiu a alguns alcançar.
18. Essa expansão não ocorre de modo homogneo em toda a Zona Oeste, mas concentra-se na região de Campo Grande (Britto, 1990). Esse processo, que a autora denomina "desperiferizao", caracteriza-se pela incorporao da Zona Oeste ao mercado imobiliário da cidade e acarreta uma "eletizao" de partes significativas dessa região.
19. O tipo *mulher-chefe/sem cônjuge com filhos e parentes* teve aumentos diferenciados no espaço intra-urbano; os incrementos mais significativos ocorreram nas RAs de Campo Grande, da Barra da Tijuca e da Tijuca. Os demais formatos familiares não apresentaram variaes apreciáveis.
20. Uma visão mais aprofundada da renda dos chefes de domicílios e sua espacializao intra-urbana pode ser obtida quando se trabalha a variao na distribuio da renda dos chefes, segundo os distintos formatos familiares. Ainda que se trate de uma *nova* forma de morar, as primeiras manifestaes dessa forma de moradia na Europa e nos Estados Unidos já aparecem no final do século XIX e estão vinculadas aos hotéis de luxo. No Brasil, em particular no Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX já existiam várias opes de moradia que se assemelhavam aos *flats* atuais, situadas em áreas centrais da cidade e em bairros como Flamengo, Laranjeiras, Glória, Copacabana (Vaz, 1994).
21. A partir desses tipos familiares empiricamente encontrados, construiu-se uma tipologia de base qualitativa bastante ilustrativa da multiplicidade de tipos familiares existentes, que constitui um instrumental para avaliar os resultados quantitativos obtidos e que aqui foram em parte apresentados. Tal tipologia inspira-se basicamente em Durkheim, sem que isso implique assumir a estrita perspectiva do autor, que normalmente concebe o recurso classificatório como produto final de conhecimento. Aqui, a construo tipológica proposta não possui esse caráter; propicia apenas o primeiro passo para o conhecimento.
22. Esses dados são trabalhados de forma mais sistemática em Sant'Anna (1998, cap. V).

Referências bibliográficas

- AHRENTZEN, Sherry (1993a). "Overview of housing for single parents households". In: FRANCK, Karen A. e AHRENTZEN, Sherry. *New households, new housing*. New York, Van Nostrand Reinhold.
- _____(1993b). "Introduction". In: FRANCK, Karen A. e AHRENTZEN, Sherry. *New households, new housing*. New York, Van Nostrand Reinhold.

- BERQUÓ, E. S. (1988). The family in Brasil: demographic analyzis and recents trends. *Seminar on Theories of Family Change*. Tokyo, Japan. (Mimeo.)
- _____(1989). A família no século XXI: um enfoque demográfico. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 6, n. 2, jul./dez., pp. 1-16.
- BIAU, V. (1987). Le loft: un nouvel habitat urbain. *Espaces et Sociétés*, n. 51. Paris, Privat, pp.143-163.
- BONVALET, C. (1988). Transformation de la famille et l'habitat. *Cahier n. 120*. Paris, INED/PUF.
- _____(1992). *Transformation de l'habitat: évolution de la structure de menages en France*. Trabalho apresentado na 5ª Conferência Internacional de Pesquisa em Habitação. Montreal, 7 a 10 de julho.
- ____e MERLIN P. (1987). L'évolution des structures familiales: quelles consequences pour l'habitat. *Espaces et Sociétés*, n. 51. Paris, Privat, pp. 183-202.
- ____e GOTMAN (1993). *Le logement, une affaire de familie*. Paris, Editions L'Harmattan.
- BORJA, J. e CASTELLS, M. (1997). *Local y global. La gestión de las ciudades en la era de la información*. Madri, Taurus/Pensamiento.
- BRIITO, A. L. (1990). *Novas formas de produção imobiliária na periferia: o caso da zona oeste do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ.
- BRUSCHINI, M. C. A. (1986). *Estrutura familiar e vida cotidiana na cidade de São Paulo*. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH/USP.
- _____(1991). *Refúgio num mundo sem coração. A família: santuário ou instituição sitiada?* Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CASTELLO BRANCO, E. A. (1989). *Família: indicadores sociais*, v. 1 (1981/1987). Rio de Janeiro, IBGE/Departamento de Estatística e Indicadores Sociais.
- CASTELLS, M. (1989). *The informacional city. Information technology, economic, restructuring and urban-regional process*. Oxford, Basil Blackwell.
- FRANCK, Karen A. (1993a). "Overview of collective and shared housing". In: FRANCK, Karen A. e AHRENTZEN, Sherry. *New households, new housing*. New York, Van Nostrand Reinhold.
- _____(1993b). "The single room occupancy hotel: a rediscovered housing type for single people". In: FRANCK, Karen A. e AHRENTZEN, Sherry. *New households, new housing*. New York, Van Nostrand Reinhold, pp. 308-330.
- ____e AHRENTZEN, Sherry (1993). *New households, new housing*. New York, Van Nostrand Reinhold.
- GOLDANI, A. M. (1993). *Família brasileira em transição: evolução e perspectivas futuras*. Santiago do Chile, Cepal/Celade.
- HAMNETT, C. (1995). Les changements socioéconomiques à Londres. *Sociétés contemporaines*, n. 22/23, jun./set., pp. 15-32.
- JABLONSKI, B. (1991). *Até que a vida nos separe. A crise do casamento contemporâneo*. Rio de Janeiro, Agir.
- NAVET, Veronique (1989). *Formes et stratégies résidentielles des classes aisées au Brésil. Étude d'un quartier de Rio de Janeiro*. Paris, Memoire DESS Université Paris VIII/Institut Français d'Urbanisme.

- PARSONS, Talcott e BALES, Robert F. (1955). *Family, socialization and interaction process*. Nova York, The Press.
- PRETECEILLE, E. e RIBEIRO, L. C. Q. (1999). Tendências da segregac o social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 40, Anpocs.
- RIBEIRO, L. C. Q. (1997). *Metrópole, desigualdades sócio-espaciais e governança urbana*. Projeto de Pesquisa. Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal /Ippur-UFRJ.
- _____(1998). *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produ o da moradia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Civiliza o Brasileira/Ippur/Fase.
- RIBEIRO, ROSA et alii (1994). "Estrutura familiar, trabalho e renda". In: COLOUSTIAN, S. M. (org.). *Família a base de tudo*. Rio de Janeiro, Unicef.
- SANT'ANNA, M. J. G. (1998). *Cidade, habita o e família contemporâneas: os flats cariocas como uma nova forma de morar*. Tese de Doutorado. São Paulo, FAUUSP, São Paulo.
- SASSEN, S. (1991). *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton, Princeton University Press.
- TASCHNER, S. P. (1990). Habita o e demografia intra-urbana em São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos de Popula o*. São Paulo, Abep, jan./jun.
- _____(1996). Favelas e cortiços: vinte anos de pesquisa urbana no Brasil. *Cadernos IPPUR/UFRJ*, ano X, n. 2 ago-dez, pp. 89-115.
- TRAMONTANO, M. (1993). *Novos modos de vida, novos espaços de morar*. São Carlos, Departamento de Arquitetura e Planejamento Escola de Engenharia de São Carlos/USP.
- VAITSMAN, Jeni (1994). *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro, Rocco.
- VAZ, L. F. (1994). *Uma história da habita o coletiva na cidade do Rio de Janeiro – Um estudo da modernidade através da moradia*. Tese de doutorado. São Paulo, USP.
- VELHO, G. (1978). *A utopia urbana. Um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.